

## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### RESOLUÇÃO Nº 152/2016

**O Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia**, reunido em sessão ordinária no dia 06 de setembro de 2016, deliberou, à unanimidade, pela **homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatoria**, dos Procedimentos Cíveis a seguir indicados:

- 1.1. Inquérito Civil SIMP nº 114.0.135152/2015, da Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 1.2. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.98876/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.3. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.136487/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.4. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.84388/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.5. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.231283/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.6. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.200664/2015, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.7. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.40992/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.8. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.238951/2015, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.9. Procedimento Ministerial SIMP nº 674.0.51029/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.10. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.166517/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.11. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.1.13618/2005, da 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa;
- 1.12. Inquérito Civil SIMP nº 007.0.139427/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Amargosa;
- 1.13. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.14447/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.14. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.152386/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.15. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.23090/2012, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
- 1.16. Procedimento Ministerial SIMP nº 655.0.167729/2015, da Promotoria de Justiça de Wenceslau Guimarães;
- 1.17. Procedimento Ministerial SIMP nº 644.0.116725/2010, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 1.18. Inquérito Civil SIMP nº 720.0.4640/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 1.19. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.169040/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.20. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.8565/2016, do Grupo de Atuação

Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

1.21. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.98370/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

1.22. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.122816/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.23. Procedimento Ministerial SIMP nº 645.0.252812/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Camacã;

1.24. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.183471/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

1.25. Inquérito Civil SIMP nº 218.0.155914/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lençóis;

1.26. Inquérito Civil SIMP nº 069.0.115994/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;

1.27. Inquérito Civil SIMP nº 242.0.25730/2009, da Promotoria de Justiça de Retirolândia;

1.28. Inquérito Civil SIMP nº 674.0.31260/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

1.29. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.20302/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

1.30. Inquérito Civil SIMP nº 702.0.7908/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

1.31. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.224909/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

1.32. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.230057/2015, da 3ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

1.33. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.62282/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

1.34. Inquérito Civil SIMP nº 608.0.166072/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

1.35. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.2919/2013, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.36. Procedimento Ministerial SIMP nº 075.0.73641/2012, da Promotoria de Justiça de Abaré;

1.37. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.18757/2014, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

1.38. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.52056/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

1.39. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.205512/2014, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e de Combate à Discriminação – GEDHDIS;

1.40. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.113433/2014, da 3ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;

1.41. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.155399/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.42. Inquérito Civil SIMP nº 697.0.42381/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Coaraci;

1.43. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.50844/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

1.44. Procedimento Ministerial SIMP nº 593.0.72545/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;

- 1.45. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.176235/2014, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.46. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.230721/2012, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.47. Inquérito Civil SIMP nº 702.0.220336/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 1.48. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.200006/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
- 1.49. Inquérito Civil SIMP nº 608.0.232701/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 1.50. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.100137/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.51. Inquérito Civil SIMP nº 674.0.10893/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.52. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.5371/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.53. Procedimento Ministerial SIMP nº 596.0.123587/2015, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.54. Procedimento Ministerial SIMP nº 674.0.120035/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.55. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.2430/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.56. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.240244/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.57. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.204764/2015, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.58. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.245458/2015, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.59. Procedimento Ministerial SIMP nº 331.0.28531/2015, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 1.60. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.147608/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.61. Procedimento Ministerial SIMP nº 674.0.74311/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.62. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.89186/2013, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.63. Inquérito Civil SIMP nº 675.0.131906/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Barra;
- 1.64. Inquérito Civil SIMP nº 678.0.162437/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
- 1.65. Inquérito Civil SIMP nº 674.0.187613/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.66. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.79162/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.67. Procedimento Ministerial SIMP nº 608.0.18709/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 1.68. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.220237/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.69. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.210713/2014, da Promotoria de Justiça

- Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
- 1.70. Procedimento Ministerial SIMP nº 007.0.204523/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa;
  - 1.71. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.9544/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
  - 1.72. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.148868/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
  - 1.73. Procedimento Ministerial SIMP nº 696.0.31185/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
  - 1.74. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.50904/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
  - 1.75. Procedimento Ministerial SIMP nº 596.0.233612/2015, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
  - 1.76. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.116676/2015, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
  - 1.77. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.240725/2014, da 3ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
  - 1.78. Inquérito Civil SIMP nº 674.0.216935/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
  - 1.79. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.179469/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
  - 1.80. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.51492/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
  - 1.81. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.151634/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
  - 1.82. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.197539/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lauro de Freitas;
  - 1.83. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.72588/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
  - 1.84. Procedimento Ministerial SIMP nº 596.0.131289/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
  - 1.85. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.105691/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
  - 1.86. Procedimento Ministerial SIMP nº 681.0.2903/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
  - 1.87. Inquérito Civil SIMP nº 656.0.205003/2014, da Promotoria de Justiça de Cícero Dantas;
  - 1.88. Inquérito Civil SIMP nº 708.0.161219/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
  - 1.89. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.71240/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  - 1.90. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.76315/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  - 1.91. Inquérito Civil SIMP nº 708.0.208661/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
  - 1.92. Inquérito Civil SIMP nº 596.0.55997/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
  - 1.93. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.124444/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  - 1.94. Inquérito Civil SIMP nº 702.0.166369/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

- 1.95. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.131903/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.96. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.257710/2012, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.97. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.219367/2013, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 1.98. Inquérito Civil SIMP nº 702.0.83718/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 1.99. Procedimento Ministerial SIMP nº 708.0.112429/2014, da 8ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 1.100. Procedimento Ministerial SIMP nº 596.0.115935/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.101. Inquérito Civil SIMP nº 242.0.66388/2009, da Promotoria de Justiça de Retrolândia;
- 1.102. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.17319/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.1. Inquérito Civil SIMP nº 217.0.188545/2009, da Promotoria de Justiça de Pé de Serra;
- 1.2. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.28220/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 1.3. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.74164/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.4. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.14139/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 1.5. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.145397/2009, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 1.6. Inquérito Civil SIMP nº 596.0.49599/2010, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.7. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.232034/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 1.8. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.207902/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.9. Inquérito Civil SIMP nº 682.0.138411/2007, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 1.10. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.1.37680/2006, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.11. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.174553/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 1.12. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.160538/2012, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.13. Procedimento Ministerial SIMP nº 709.0.16879/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 1.14. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.235946/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.15. Inquérito Civil SIMP nº 591.0.132916/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.16. Inquérito Civil SIMP nº 593.0.181158/2013, da 6ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 1.17. Inquérito Civil SIMP nº 590.0.54679/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de

- Camaçari;
- 1.18. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.209977/2015, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
  - 1.19. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.43313/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
  - 1.20. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.201822/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
  - 1.21. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.8284/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  - 1.22. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.9549/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
  - 1.23. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.7585/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
  - 1.24. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.7679/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
  - 1.25. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.67084/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
  - 1.26. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.51680/2013, da 6ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
  - 1.27. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.16568/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
  - 1.28. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.38435/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
  - 1.29. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.224100/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
  - 1.30. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.160342/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
  - 1.31. Inquérito Civil SIMP nº 591.0.6180/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
  - 1.32. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.17789/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
  - 1.33. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.88910/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
  - 1.34. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.98921/2015, da 4ª Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
  - 1.35. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.248880/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
  - 1.36. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.51412/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
  - 1.37. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.189133/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
  - 1.38. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.53699/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
  - 1.39. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.141198/2015, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
  - 1.40. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.19832/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;

- 1.41. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.116452/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.42. Inquérito Civil SIMP nº 608.0.65427/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jaguaripe;
- 1.43. Inquérito Civil SIMP nº 186.0.43416/2014, da Promotoria de Justiça de Mundo Novo;
- 1.44. Inquérito Civil SIMP nº 252.0.86228/2011, da Promotoria de Justiça de Ibitiara;
- 1.45. Procedimento Ministerial SIMP nº 117.0.7084/2016, da Promotoria de Justiça de Jacaraci;
- 1.46. Inquérito Civil SIMP nº 696.0.110015/2009, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 1.47. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.9636/2013, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.48. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.108777/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.49. Inquérito Civil SIMP nº 128.0.177716/2014, da Promotoria de Justiça de Jaguaripe;
- 1.50. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.55505/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.51. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.78700/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.52. Procedimento Ministerial SIMP nº 590.0.161642/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 1.53. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.56690/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.54. Inquérito Civil SIMP nº 702.0.122241/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 1.55. Inquérito Civil SIMP nº 644.0.21142/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 1.56. Inquérito Civil SIMP nº 705.0.202113/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 1.57. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.47711/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.58. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.171901/2008, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
- 1.59. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.167117/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.60. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.64954/2015, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.61. Inquérito Civil SIMP nº 323.0.24008/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Irará;
- 1.62. Inquérito Civil SIMP nº 590.0.45824/2007, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 1.63. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.71615/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.64. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.216075/2015, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.65. Inquérito Civil SIMP nº 677.0.150860/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 1.66. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.91220/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

- 1.67. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.108930/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 1.68. Inquérito Civil SIMP nº 644.0.28766/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 1.69. Inquérito Civil SIMP nº 198.0.183729/2009, da Promotoria de Justiça de Nova Soure;
- 1.70. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.81347/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.71. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.198223/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.72. Inquérito Civil SIMP nº 705.0.234743/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 1.73. Inquérito Civil SIMP nº 678.0.266273/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
- 1.74. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.156474/2011, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
- 1.75. Inquérito Civil SIMP nº 702.0.41898/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 1.76. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.15729/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.77. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.116332/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.78. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.74305/2015, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.79. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.11885/2014, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Mata de São João;
- 1.80. Procedimento Ministerial SIMP nº 677.0.91646/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 1.81. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.56207/2016, da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Lauro de Freitas;
- 1.82. Inquérito Civil SIMP nº 720.0.24081/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 1.83. Procedimento Ministerial SIMP nº 706.1.127469/2006, da 5ª Promotoria de Justiça de Porto Seguro;
- 1.84. Procedimento Ministerial SIMP nº 096.0.65269/2015, da Promotoria de Justiça de Correntina;
- 1.85. Inquérito Civil SIMP nº 708.0.208714/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 1.86. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.229027/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.87. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.176116/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.88. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.29454/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
- 1.89. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.247653/2014, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.90. Inquérito Civil SIMP nº 702.0.243584/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 1.91. Inquérito Civil SIMP nº 702.0.243473/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 1.92. Inquérito Civil SIMP nº 128.0.161687/2007, da Promotoria de Justiça de

- Jaguaripe;
- 1.93. Inquérito Civil SIMP nº 213.0.66062/2008, da Promotoria de Justiça de Pau Brasil;
  - 1.94. Procedimento Ministerial SIMP nº 698.0.161218/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Irecê;
  - 1.95. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.5341/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
  - 1.96. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.14561/2011, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;
  - 1.97. Procedimento Ministerial SIMP nº 112.0.180244/2015, da Promotoria de Justiça de Ituaçu;
  - 1.98. Inquérito Civil SIMP nº 720.0.96411/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
  - 1.99. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.81175/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
  - 1.100. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.158180/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
  - 1.101. Procedimento Ministerial SIMP nº 596.0.111834/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
  - 1.102. Inquérito Civil SIMP nº 594.0.19504/2014, da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Canavieiras;
  - 1.103. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.139070/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
  - 1.104. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.26399/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  - 1.105. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.219170/2012, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
  - 1.106. Procedimento Ministerial SIMP nº 696.0.232756/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Candeias;
  - 1.107. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.224799/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
  - 1.108. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.167804/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
  - 1.109. Inquérito Civil SIMP nº 708.0.240226/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
  - 1.110. Procedimento Ministerial SIMP nº 013.0.83136/2016, da Promotoria de Justiça de Antas;
  - 1.111. Inquérito Civil SIMP nº 674.0.70078/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
  - 1.112. Inquérito Civil SIMP nº 596.0.205521/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
  - 1.113. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.51864/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Jacobina;
  - 1.114. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.11891/2016, do Grupo de Atuação Especial Para Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
  - 1.115. Inquérito Civil SIMP nº 692.0.56450/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
  - 1.116. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.72613/2014, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor.

